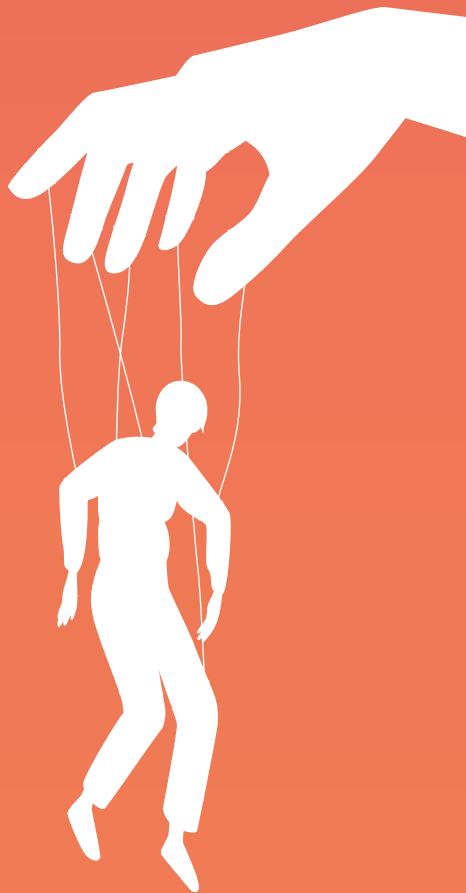




Murillo de Aragão

Advogado, mestre em ciência política e doutor em sociologia pela Universidade de Brasília (UnB) e pós-doutor pela Universidade de Salamanca, na Espanha



Um país aprisionado

O Brasil enfrenta quatro desafios estruturais que condicionam decisivamente seu futuro, frequentemente chamados de “os quatro Cs”: corporativismo, clientelismo, corrupção e criminalidade. Esses fenômenos não são novos na história brasileira, mas sua persistência e aprofundamento têm efeitos devastadores sobre o desenvolvimento político, social e econômico do país, minando as bases do interesse público e colocando o bem comum em segundo plano diante dos privilégios de grupos específicos.

O primeiro desses fenômenos é o corporativismo, que no contexto brasileiro se apresenta de forma especialmente problemática, marcado pela prevalência dos interesses de grupos organizados em detrimento do interesse público geral. Essa distorção manifesta-se vigorosamente no setor público, onde certas categorias profissionais usufruem de privilégios institucionais amplos que frequentemente ultrapassam os limites da razoabilidade.

O Poder Judiciário exemplifica bem essa questão. Magistrados e membros do Ministério Público, protegidos por uma série de bene-

fícios adicionais, ultrapassam sistematicamente o teto salarial constitucional, criando um descompasso evidente com a realidade fiscal do país, comprometendo recursos que poderiam ser aplicados em políticas públicas essenciais. Essa situação não se limita ao Judiciário: servidores públicos organizados em categorias influentes conseguem estabelecer vantagens diferenciadas em relação ao restante da sociedade, seja com aposentadorias especiais, estabilidade irrestrita ou acesso privilegiado a financiamentos em bancos estatais.

Esses grupos utilizam sua capacidade de mobilização política para resistir a reformas estruturais necessárias, criando uma rigidez orçamentária que limita a capacidade de investimento público em áreas críticas como saúde, educação e infraestrutura. O resultado é um Estado que gasta desproporcionalmente com sua própria manutenção em detrimento de suas funções essenciais.

O corporativismo também se manifesta no ambiente empresarial brasileiro. Setores econômicos específicos beneficiam-se de isenções fiscais e subsídios que, embora justificados in-

dividualmente, contribuem para um sistema tributário complexo e muitas vezes injusto. Em vez de apoiar uma reforma tributária ampla que simplifique o sistema e torne-o mais equitativo, muitas empresas preferem preservar benefícios setoriais que garantem suas margens, perpetuando distorções que prejudicam a competitividade geral da economia.

O segundo fenômeno, o clientelismo, foi magistralmente identificado por Raimundo Faoro em *Os donos do poder* como uma prática política enraizada na cultura brasileira, baseada na distribuição de benefícios materiais ou simbólicos visando à construção e manutenção do poder. Essa prática permanece generalizada, presente em praticamente todas as agremiações políticas, independentemente de suas ideologias declaradas.

Durante décadas, o Poder Executivo negociava emendas parlamentares em troca de apoio político, institucionalizando o clientelismo como método de governabilidade. Atualmente, o Congresso, que se apropriou de parte expressiva das verbas discricionárias do Orçamento, utiliza esse mesmo instrumento para fortalecer lideranças políticas e manter estruturas de poder. O clientelismo mudou de endereço, mas mantém sua força e influência.

Nas bases eleitorais, essa prática manifesta-se pela distribuição de benefícios diretos como cestas básicas, materiais de construção, óculos, próteses dentárias e promessas de emprego. Embora alguns desses benefícios atendam necessidades reais da população, sua utilização como moeda de

A fragmentação das forças de segurança entre diferentes esferas de governo dificulta a coordenação necessária para enfrentar organizações criminosas

troca política compromete a qualidade do debate democrático e perpetua relações de dependência que dificultam o desenvolvimento de uma cidadania mais autônoma.

O terceiro fenômeno, a corrupção, consolidou-se como problema sistêmico no Brasil. Após os escândalos revelados pela Operação Lava Jato, havia expectativa de mudança significativa, com maior fiscalização e endurecimento das práticas anticorrupção. No entanto, casos recentes, como os envolvendo o INSS e outras instituições, sugerem que a corrupção permanece amplamente difundida em várias esferas administrativas e políticas.

A corrupção atual é agravada pela complexidade de rastrear o uso de recursos públicos, particularmente devido à fragmentação dos gastos em milhares de municípios, tornando o controle difícil e a fiscalização precária. Além disso, a sofisticação dos esquemas corruptivos evoluiu, utili-

zando instrumentos financeiros mais complexos e redes de relacionamento que dificultam a detecção pelos órgãos de controle.

O quarto fenômeno que condiciona o futuro brasileiro é a criminalidade organizada. O crime organizado não apenas prospera, mas vem se expandindo significativamente, aproveitando-se das fragilidades institucionais provocadas pelos outros três fatores. O Estado brasileiro, enfraquecido pelo corporativismo, clientelismo e corrupção, demonstra dificuldades para implementar uma política coerente e eficaz de combate ao crime organizado.

Extensas áreas do território nacional, especialmente nas periferias das grandes cidades e em regiões fronteiriças, enfrentam a presença significativa de organizações criminosas que exercem controle territorial e social. Essa realidade cria um preocupante paralelismo de poder, onde grupos criminosos assumem funções típicas do Estado, como segurança, assistência social e até mediação de conflitos.

A infiltração do crime organizado na política representa uma ameaça adicional à democracia brasileira. Casos documentados de financiamento eleitoral ilícito e influência direta ou indireta em cargos públicos demonstram como essa infiltração pode comprometer a integridade das instituições democráticas e distorcer o processo político em favor de interesses criminosos.

O Estado brasileiro enfrenta limitações tanto estruturais quanto de capacidade para combater efi-



cazmente o crime organizado. A ausência de uma polícia nacional especializada em segurança pública, em um momento de crescente complexidade da criminalidade, exemplifica essas limitações. A fragmentação das forças de segurança entre diferentes esferas de governo dificulta a coordenação necessária para enfrentar organizações criminosas que operam nacionalmente e até internacionalmente.

A persistência dos “quatro Cs” também reflete aspectos da cultura política e social brasileira que merecem reflexão. Parte da sociedade demonstra tolerância excessiva com práticas que deveriam ser rejeitadas, seja por desconhecimento de seus efeitos, por beneficiar-se direta ou indiretamente delas, ou por resignação diante da aparente impossibilidade de mudança.

No ambiente intelectual e acadêmico, por vezes observa-se uma relutância em abordar temas como segurança pública com a devida seriedade, preferindo análises que, embora sofisticadas, podem não capturar adequadamente a urgência dos problemas enfrentados pela população. A mídia, por sua vez, nem sempre oferece cobertura equilibrada que permita à sociedade compreender plenamente as implicações dos privilégios corporativos ou dos custos do clientelismo.

O *establishment* econômico encontra-se dividido entre aqueles que se beneficiam direta ou indiretamente dos sistemas clientelistas e corporativos e aqueles que mantêm distância do processo decisório político. Essa

fragmentação dificulta a formação de consensos necessários para reformas estruturais que poderiam beneficiar o conjunto da sociedade.

A superação desses desafios exige reconhecimento honesto de sua existência e complexidade, seguido de esforço coordenado de diferentes setores da sociedade. Não se trata de problemas que podem ser resolvidos por decretos ou mudanças superficiais, mas de questões estruturais que demandam persistência, coragem política e compromisso genuíno com o interesse público.

O futuro do Brasil depende da capacidade de suas instituições e de sua sociedade de enfrentar esses quatro fenômenos de forma simultânea e coordenada. Isso implica reformas no Estado, fortalecimento das instituições de controle, aperfeiçoamento dos mecanismos democráticos e, fundamentalmente, mudança cultural que valorize efetivamente o bem comum sobre os interesses particulares.

A tarefa é complexa, mas não impossível. Outros países enfrentaram desafios similares e conseguiram superá-los com reformas persistentes e mudanças graduais nas práticas políticas e sociais. O Brasil possui os recursos humanos, institucionais e econômicos necessários para essa transformação. O que falta é interesse e vontade política e social para empreendê-la de forma consistente e duradoura. ■

Murillo de Aragão escreve a cada bimestre.